

Controle de Qualidade ou Qualidade de Vida

A perigosa associação entre pobreza, criminalidade e controle da natalidade, que no Brasil ficou nitida no momento do massacre da Candelária, ecoa no plano internacional nos debates em torno da Conferência Mundial de População (Cairo-94). Os pobres, cada vez mais numerosos, são descritos como os grandes agentes da destruição ambiental, aqueles que entram o desenvolvimento e ameaçam os centros de prosperidade. Dentro de cada país e a nível global, os pobres migram em direção a esses centros, onde o medo da invasão endurece a argamassa das fronteiras de classe e de raça, instaurando o apartheid em escala mundial.

Cria-se assim o pânico em torno do crescimento da população mundial como um exército de formigas que vai corroer o planeta. Ora, população são os povos da terra, homens e mulheres de carne e osso que nascem, vivem, amam, trabalham, se reproduzem, envelhecem e morrem. População não é um objeto inerte de planificação, mas um conjunto de sujeitos que escolhem seu próprio destino, às voltas com um problema: como habitar o planeta e sobreviver nele levando em conta os limites naturais, as interações dos seres vivos entre si e com seu habitat. Um sujeito às voltas com a questão crucial da repartição equitativa de recursos em um planeta que se descobre finito.

Se "os homens nascem iguais em direitos e dignidade", não é assim que vivem. Do ponto de vista do mercado, grandes contingentes humanos, por vezes nações inteiras, são insignificantes pelo que oferecem e pelo que recebem, até na venda de si mesmos. Para nada servem, nem sequer para serem explorados como no passado. A consciência da existência da pobreza não é nova. A da descartabilidade, sim. Jamais tão cinicamente se aceitou a idéia de que a solução para a pobreza é a redução do número de pobres, e não a redistribuição de recursos. Melhor fariamos se pensássemos o desenvolvimento em função da população, e não a população em função do desenvolvimento.

Até a ECO 92 prevalecia a idéia de que eram os povos numerosos do Sul que degradavam o meio ambiente, poluindo mananciais, queimando florestas, bocas demais para os poucos alimentos. A Conferência do Rio teve o mérito de desmentir esses simplismos, colocando em tela de juízo os chamados padrões de produção e de consumo do Norte como responsáveis primeiros pela degradação ambiental e pelo esgotamento dos recursos naturais.

Nos países nórdicos que tem-se destacado pela lucidez no debate sobre a População Mundial, cresce a consciência de necessidade imperiosa de reverter a alucinada corrida ao consumo não só pelo peso que ele tem na equação população-recursos mundiais, mas sobretudo pelo vazio que ela representa como projeto, sem valores outros que o do consumidor de objetos que se transformam em status social.

Os padrões de consumo dos ricos, estejam eles no Norte ou no Sul, não são generalizáveis dentro dos limites da Terra. Ou mudam esses padrões, hoje tomados como definição da felicidade, ou as massas incontáveis de pobres terão que ser suprimidas a golpe de políticas populacionais coercitivas. Esses padrões de consumo não são só de bens mas sobretudo de conhecimentos. A sofisticação das inovações tecnológicas está



analfabetizando todos aqueles que não tem acesso a esses recursos . A maioria dos seres humanos vai se tornando cada vez menos viável em um mundo regido pela lei da competitividade onde só sobrevive o mais apto.

No debate sobre População, não temo Malthus, temo Darwin. Temo a seleção natural reinventada em seleção cultural na selva moderna. Temo o "menos e melhores", temo o menos e mais aptos, temo o controle de qualidade aplicado aos seres humanos. Temo essa lógica porque não é impossível que o mundo evolua nessa direção: um shopping center global de objetos criadores de necessidades, que se sofisticam de anos para ano para o consumo de uns poucos. Neste "admirável mundo novo" podemos estar certos de não há lugar para a maioria, por exemplo, do povo brasileiro. Do ponto de vista econômico, este mundo em circuito fechado é viável. Do ponto de vista político, ele não se mantém sem violência. Do ponto de vista da ética, ele é rigorosamente inaceitável.

O debate sobre população estobre escolhas civilizatórias. Engana-se quem acredita que se trata de um problema técnico de organização demográfica. Trata-se de um problema político em que estão em jogo o apartheid mundial entre incluídos e excluídos do jogo do mercado. Onde antes um vínculo de exploração ligava o destino de senhores e escravos, hoje uma fronteira construída com ciência, tecnologia e capital, separa os "civilizados" dos "bárbaros". Frente a esse decreto não escrito de exclusão, as reações, quando existem, são as mais perversas: tentativas de integração pela imigração clandestina, marginalidade lucrativa (como no narcotráfico e no crime organizado), terrorismo e fanatismo (como no fundamentalismo religioso).

É sobre esse pano de fundo que as mulheres estão sendo insistentemente chamadas a participar da Conferência Mundial sobre População. Uma tecnocracia internacional, sacudindo o espanto da explosão demográfica, tende a responsabilizá-las sobretudo as mais pobres, pelas futuras catástrofes que ameaçam a humanidade. O ventre das mulheres torna-se assim objetivo estratégico. É aqui que o movimento de mulheres torna-se protagônico nessa Conferência. As grandes agências internacionais voltadas para a questão de população, marcadas por um passado controlista, buscam diálogo com as mulheres oferecendo recursos e apropriando-se de uma linguagem feminista. Aparecem aberrações do tipo "políticas populacionais feministas". Que injustiça com o movimento de mulheres! Sua história é marcada pelo combate aos abusos das políticas populacionais que o Brasil conheceu, durante a ditadura, não assumidas pelos governos, mas toleradas por omissão, e levadas a frente por entidades privadas. Respondendo a essas políticas, que não se exerceram só no Brasil, mas em vários países do então chamado terceiro mundo e, em nome de liberdade em matéria de fecundidade, as mulheres formularam o conceito de direitos reprodutivos. Direito à informação, contracepção, à saúde reprodutiva, a condições de vida que permitam a maternidade. Nem aos tecnocratas planejadores do mundo, nem as religiões, a ninguém reconhecemos o direito de intervir na mais íntima das decisões que é a de ser ou não ser mãe. Essa liberdade está sendo duplamente ameaçada: pela prescrição a ter filhos inerente a proibição do aborto, pela prescrição a não tê-los via práticas forçadas, induzidas ou sublimares de esterilização. A luta pelos direitos reprodutivos é exigência de cidadania, desvinculada de políticas populacionais. Gera-se na liberdade das mulheres e não como instrumento para atingir metas demográficas. Essa é uma diferença fundamental para balizar a atuação das mulheres no Cairo. Políticas populacionais não devem existir em si. A lógica da contenção demográfica, quando se

exacerba desemboca na eugenia chinesa, no controle de qualidade no "menos e melhores". Políticas sociais no interior de cada nação, decididas a combater a fome, oferecer serviços de saúde decentes, um status social digno às mulheres e garantir o exercício pleno dos direitos reprodutivos, são a condição mesma da qualidade de vida que, essa sim, será fator de equilíbrio da população mundial. Combate à pobreza em escala global, respeito pelas mulheres, essa é a nossa agenda para o Cairo. Qualidade de vida contra o controle de qualidade.

ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA, é escritora, secretária executiva da Coalisão de Mulheres Brasileiras para População e Meio Ambiente, diretora do IDAC.

Fundação Cuidar o Futuro